

Sindsep participa da 9ª Plenária Estatutária da Condsef/Fenadsef

O Sindsep participou, por meio de uma comissão de diretores, da conclusão da 9ª Plenária Estatutária e Assembleia Geral da Condsef/Fenadsef, realizada de forma virtual na semana passada. Com o tema “Fortalecer o sindicalismo classista é fortalecer o serviço público e a democracia”, a atividade reuniu representantes das entidades filiadas para discutir os desafios do serviço público, fortalecer a organização sindical e definir prioridades para a mobilização da categoria.

Iniciada presencialmente em abril, em Luziânia (GO), a plenária aprovou resoluções em defesa dos direitos dos trabalhadores, do serviço público, das empresas estatais e das políticas sociais. O Plano de Lutas colocou entre as prioridades a correção das distorções salariais, a recomposição das perdas, a valorização das carreiras, a realização de concursos públicos e o combate às terceirizações.

Também foram aprovadas propostas de equiparação de benefícios entre os três Poderes, criação de auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas e fortalecimento das carreiras públicas. Para as empresas estatais, as resoluções de-

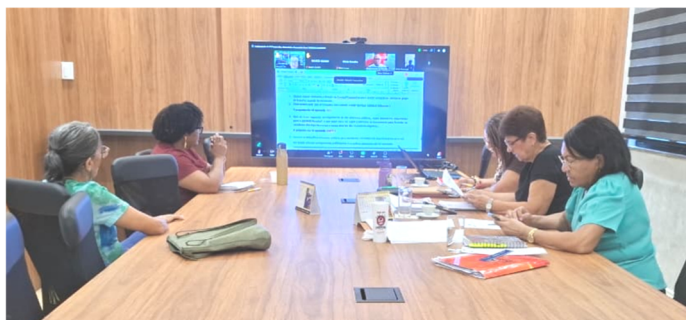
fendem a valorização dos empregados, a implantação de Planos de Cargos e Carreiras e a garantia de direitos.

A plenária ainda debateu questões sociais e de proteção aos trabalhadores, com propostas de combate ao feminicídio, à violência de gênero e ao assédio. Também foram reafirmadas ações contra o racismo, o etarismo e a violência contra a população LGBTQIAPN+, além da defesa dos direitos das pessoas com deficiência e do fortalecimento do SUS.

Correção salarial é prioridade

A correção das distorções salariais continua no centro da mobilização. A Condsef/Fenadsef cobra tratamento isonômico para servidores que não foram contemplados pela Lei nº 15.367/2026 e defende a previsão de recursos no Orçamento de 2027.

Entre as reivindicações emergenciais estão a extensão da GTA-TA aos servidores que permanecem em situação de desigualdade, a equiparação de benefícios e a



criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas. As pautas seguem sendo apresentadas na Mesa Nacional de Negociação Permanente com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A plenária também reforçou a defesa da negociação coletiva, da regulamentação das Convenções 151 e 190 da OIT, da valorização das aposentadorias e do combate a contrarreformas administrativas que não sejam discutidas com as entidades sindicais.

Para o Sindsep, a conclusão da 9ª Plenária reafirma que unidade, organização e mobilização são fundamentais para fortalecer a luta dos servidores e avançar na defesa de um serviço público valorizado, democrático e comprometido com a população.

Com informações da Condsef



Em frente ao MGI, servidores cobram correção das distorções salariais no Executivo Federal

Segundo ato em defesa da isonomia entre as carreiras cobrou recursos no Orçamento de 2027 para assegurar justiça a servidores de diferentes órgãos e carreiras que ficaram de fora dos reajustes previstos na Lei nº 15.367/2026

[Matéria completa em condsef.org.br/noticias](https://condsef.org.br/noticias)

Sindsep participa de oficina sobre saúde e condições de trabalho

O Sindsep participou, no último dia 18 de agosto, da oficina “Trocando Ideias sobre Trabalhador”, promovida pela CISTT-MA, em São José de Ribamar. O sindicato foi representado por Eliene Leite, diretora de Políticas Sociais, Políticas Públicas, Raça, Etnia e de Gênero.

O encontro reuniu representantes de sindicatos, conselhos e trabalhadores para discutir o papel da CISTT (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), recém-implantada no município.

Entre os temas debatidos estiveram as condições de trabalho, saúde mental e partici-

pação social. Durante a atividade, foram definidas 10 pautas prioritárias e discutidos os principais desafios para fortalecer as ações de saúde do trabalhador na Região Metropolitana.

Os participantes também destacaram a importância de ampliar a articulação entre a CISTT, o CEREST e os Conselhos, buscando fortalecer a par-



ticipação dos trabalhadores na construção de políticas públicas de saúde e melhores condições de trabalho.

Assédio eleitoral: trabalhador tem direito ao voto livre

Em anos eleitorais, aumentam as denúncias de assédio eleitoral, prática que ocorre quando patrões ou chefias usam ameaças, constrangimentos ou promessas de benefícios para tentar influenciar o voto dos trabalhadores.

Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), em 2022 foram registradas 3.371 denúncias, contra 219 em 2018, um crescimento de mais de 1.400%. Entre as práticas identificadas estão ameaças de demissão, pressão para participar de atos políticos, distribuição de material eleitoral e mensagens em grupos de trabalho.

A prática também pode ocorrer no serviço público, com

ameaças de exoneração, transferência ou prejuízos funcionais relacionados à preferência política do trabalhador.

O voto é livre e secreto. Ninguém pode ser obrigado a revelar sua escolha ou sofrer qualquer prejuízo profissional por causa dela.

Como denunciar

Trabalhadores que sofreram ou presenciarem assédio eleitoral podem denunciar ao Ministério Público do Trabalho, inclusive com pedido de sigilo. É importante preservar provas como prints, mensagens, áudios, vídeos, e-mails e comunicados.

As denúncias podem ser fei-



tas pelo canal do MPT: mpt.mp.br/assedio-eleitoral.

A escolha de cada trabalhador deve ser respeitada. Pressão, ameaça e constrangimento não fazem parte da democracia.

Com informações da CUT